

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV
RELATÓRIO DE REVISÃO TRIMESTRAL
2º TRIMESTRE 2023

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2023.

Aos Administradores e Conselheiros da
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV
VITÓRIA-ES

REF.: RELATÓRIO DA REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EMITIDAS EM 30 DE JUNHO DE 2023.

Apresentamos a V.Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis Intermediárias acima referenciadas, composto de:

- 1 – RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES;
- 2 – CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS INTERMEDIÁRIAS;

Releva observar que este relatório representa, através do “Relatório de Revisão dos Auditores Independentes”, nossa conclusão definitiva sobre as peças contábeis intermediárias emitidas por V.Sas. no segundo trimestre de 2023.

1 – RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Conselheiros da
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV
Vitória - ES

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 21 (R1) - "Demonstração Intermediária". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Ênfase

Conforme mencionado na nota 33 – Eventos Subsequentes, foi aprovada a *“Lei Municipal 9.932 de 09 de maio de 2023, que alterou a Lei 9.626/20, retirando o Conselho de Administração da organização societária da CDTIV. Estando pendente apenas a alteração no Estatuto Social da entidade a qual já está sendo providenciada”* para adequar a entidade com relação a ressalva do Relatório de Auditoria Independente do encerramento do exercício de 2022 e 1ª Informação Trimestral de 2023, no quais foi mencionado que *“em 2021, a organização destituiu os membros do Conselho de administração da CDTIV. Até a data de emissão deste Relatório, a Companhia, se encontrava sem este*

colegiado, órgão estatutário, de composição da administração da CDTIV. No art. 22 do estatuto social da CDTIV, são atribuídas as competências do Conselho de Administração, que é o órgão de administração e de deliberação colegiada da Sociedade. Suas competências estão expressas no referido artigo, entre as quais, no inciso V: manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva e pareceres prévios à deliberação do Conselho de Administração sobre matérias específicas, por exemplo, relacionadas ao cumprimento das regras de Governança Corporativa (Estatuto - ART. 8º), regras de Transparência (Estatuto -ART. 9º), e regras quanto aos Mecanismos de Controle Interno (Estatuto - ART.10º). Os responsáveis pela governança da COMPANHIA DEDESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração de políticas, regimentos e normas de procedimentos, para possibilitar que a Companhia difunda informações suficientes em suas demonstrações contábeis para divulgação do seu resultado financeiro, em conformidade com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente. A Companhia permanece sem a constituição do Conselho de Administração”. Por este motivo não modificamos nossa opinião.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Vitória ES, 28 de setembro de 2023.

PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA
CRC RJ 008323/O-7 ES
Márcio de Mendonça Fernandes
Contador CRC RJ 108281/O-0 ES
CNAI N° 4243
Sócio - Responsável Técnico

2 – CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS INTERMEDIÁRIAS



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV

DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO 2 TRIM-2023

**Vitória - ES
30 de junho de 2023**

Prefeito de Vitória
Lorenzo Silva de Pazolini

Vice-Prefeito de Vitória
Estéfane da Silva Franca Ferreira

Conselho Fiscal
Miguel dos Santos Costa
Mônica Cristina Vieira Meira Kandler
Riller Pedro Sidequerky

Diretoria Atual
Marcus Gregório Serrano – Diretor-Presidente
Donatila Lima Nava Martins – Diretora Administrativo-Financeira
Luzia Alvez Toledo – Diretora de Turismo
Diego Campana Fiorot – Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Bárbara Ohanna Moreira – Diretora de Inovação
João Pereira Gomes – Advogado-Geral

Contabilidade
Clarissa Vassem Campos - CRC ES-18.421/O-2 – Contabilidade Pública
Alexsander Carvalho Nunes – CRC ES – 10.948/O-7 - Contabilidade Comercial



Companhia de Desenvolvimento,
Turismo e Inovação de Vitória

Balancos patrimoniais em 30 de junho
Em reais

Ativo	Nota	2T/23	31/12/2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2T/23	31/12/2022
Circulante		2.944.494,78	4.981.762,55	Circulante		2.471.458,19	4.945.838,58
Disponibilidades		2.599.703,01	4.736.621,28	Fornecedores e outras contas a pagar	15	170.862,45	
Bancos conta movimento	4	2.179.965,03	4.373.642,89	Obrigações trabalhistas	16	2.003,91	
Aplicações financeiras	5	419.737,98	362.978,39	Obrigações fiscais	17	283.221,89	91.333,75
Direitos realizáveis		344.791,77	245.141,27	Obrigações Sociais	18	143.333,89	184.960,74
Contas a receber de concessionários	6	140.113,60	92.890,65	Provisões de férias e encargos	19	436.889,91	294.433,53
Impostos e contribuições a recuperar	7	177.217,63	87.859,39	Outros passivos circulantes	20	152.182,89	106.310,56
Almoxarifado	8	4.657,39	5.444,79	Antecipação de Recursos	21	1.282.963,25	4.268.800,00
Adiantamentos	9	16.657,79	56.133,57				
Outros Créditos	10	3.645,36	0				
Adiantamentos de pessoal		2.500,00	2.812,87				
Não Circulante		8.987.587,84	8.550.707,49	Não Circulante		267.125,03	267.125,03
Realizável a Longo Prazo		40.283,78	61.176,13	Provisões para contingências	22	267.125,03	267.125,03
Contas a receber de concessionários	6	40.283,78	50.189,33				
Depósitos judiciais	11	-	10.986,80				
Investimentos	12	8.431.841,00	8.431.841,00	Patrimônio líquido		9.193.499,40	8.319.506,43
Investimentos		8.431.841,00	8.431.841,00	Capital social	23	3.740.825,00	3.740.825,00
Imobilizado	13	495.329,33	31.353,23	Ajustes de Avaliação Patrimonial	24	5.768.065,00	5.768.065,00
Imobilizado		495.329,33	31.353,23	Reserva Legal	25	18.487,25	18.487,25
Intangível	14	20.133,73	26.337,13	Prejuízos Acumulados		(333.877,85)	(1.207.870,82)
Intangível		20.133,73	26.337,13				
Total do ativo		11.932.082,62	13.532.470,04	Total do passivo e patrimônio líquido		11.932.082,62	13.532.470,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia de Desenvolvimento,
Turismo e Inovação de Vitória

Demonstrações do Resultado
Às informações Trimestrais em 30 de junho
Em reais

	Nota	2T/23	2T/22	1º SEM/23	1º SEM/22
Receita Líquida / Lucro Bruto	26	5.190.297,29	2.156.930,32	10.715.003,99	6.553.986,36
Despesas gerais e administrativas	27	(4.273.302,08)	(1.905.461,15)	(9.675.712,41)	(6.354.911,61)
Depreciação e Amortização	27	(28.886,99)	(22.719,94)	(56.487,78)	(47.644,54)
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	28	(16.039,58)		(30.265,16)	
(+) Outras receitas	29	119,27	58.797,91	4.592,31	145.959,82
(+) Reversão de provisões	30	14.288,27	11.371,88	30.826,96	392.352,50
Lucro antes das Receitas e Despesas Financeiras		886.476,18	298.919,02	987.957,91	689.742,53
(+/-) Receitas e Despesas financeiras	31	69.311,78	(14.531,55)	144.871,76	21.863,01
Lucro antes dos Tributos		955.787,96	284.387,47	1.132.829,67	711.605,54
Contribuição Social	32	(61.011,49)	(18.124,79)	(72.839,24)	(40.681,28)
Imposto de Renda	32	(163.476,36)	(44.346,63)	(190.331,23)	(101.003,54)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		731.300,11	221.916,05	869.659,20	569.920,72
Quantidade de Ações do Capital Social Integralizado		3.740.825	3.740.825	3.740.825	3.740.825
Lucro (Prejuízo)Líquido por Ação do Capital Social		0,1955	0,0593	0,2325	0,1524

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em reais

Discriminação	Capital social	Reserva Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízo acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021	3.740.825,00	18.487,25	5.768.065,00	(1.015.437,08)	8.511.940,17
Lucro/Prejuízo do período				569.920,72	569.920,72
Constituição de Reserva Legal					-
Ajuste de exercícios anteriores				(8.713,53)	(8.713,53)
Ajuste de Avaliação Patrimonial					-
Saldos em 31/06/2022	3.740.825,00	18.487,25	5.768.065,00	(454.229,89)	9.073.147,36
Saldos em 31/12/2022	3.740.825,00	18.487,25	5.768.065,00	(1.207.870,82)	8.319.506,43
Lucro/Prejuízo do período				869.659,20	869.659,20
Constituição de Reserva Legal					-
Ajuste de exercícios anteriores				4.333,77	4.333,77
Ajuste de Avaliação Patrimonial					-
Saldos em 30/06/2023	3.740.825,00	18.487,25	5.768.065,00	(333.877,85)	9.193.499,40

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em reais

Discriminação	Capital social	Reserva Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízo acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021	3.740.825,00	18.487,25	5.768.065,00	(1.015.437,08)	8.511.940,17
Lucro/Prejuízo do período				569.920,72	569.920,72
Constituição de Reserva Legal					-
Ajuste de exercícios anteriores				(8.713,53)	(8.713,53)
Ajuste de Avaliação Patrimonial					-
Saldos em 31/06/2022	3.740.825,00	18.487,25	5.768.065,00	(454.229,89)	9.073.147,36
Saldos em 31/12/2022	3.740.825,00	18.487,25	5.768.065,00	(1.207.870,82)	8.319.506,43
Lucro/Prejuízo do período				869.659,20	869.659,20
Constituição de Reserva Legal					-
Ajuste de exercícios anteriores				4.333,77	4.333,77
Ajuste de Avaliação Patrimonial					-
Saldos em 30/06/2023	3.740.825,00	18.487,25	5.768.065,00	(333.877,85)	9.193.499,40

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS TRIMESTRAIS EM 30 JUNHO DE 2023

1) Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória – CDTV é uma Empresa Pública Municipal de direito privado sob a forma de Sociedade Anônima, sendo seu único acionista o Município de Vitória. A Companhia foi autorizada pela Lei Municipal/ES 2.669/80, com as alterações constantes das Leis Municipais/ES 3.345/86 e 5.948/03, e Decreto Municipal/ES 13.112/06.

Constituída em 03 de abril de 1987, registrada sob o CNPJ nº 31.482.631/0001-18, seu objeto social é a execução das atividades de planejamento e desenvolvimento de projetos e concessões buscando a sustentabilidade dos empreendimentos para a Cidade de Vitória/ES, competindo-lhe especialmente, como objetivos gerais a formulação, supervisão e a implementação de uma política de desenvolvimento do Município de Vitória/ES, incentivando notadamente o desenvolvimento tecnológico além de promover a articulação para atrair a instalação de novas empresas no Município de Vitória, dentre outros objetivos. A partir de janeiro de 2018, as atribuições do Turismo do Município de Vitória passaram a ser geridas pela Companhia de Desenvolvimento de Vitória.

Em 2020 foi sancionada a Lei 9.626/20, que alterou a denominação para Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória - CDTV e deu outras providências, com a finalidade de ajustar a nova demanda existente a uma denominação mais próxima de suas atribuições.

2) Aprovação e Apresentação das Demonstrações Contábeis Trimestrais

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis trimestrais correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2023.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, tais como a determinação da vida útil econômica do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social e outras estimativas.

3) Resumo das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis trimestrais foram elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatórios Financeiros (IFRS) para Empresas Pequenas e de Médio Porte e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Resolução CFC de nº 1.255, de 10.12.09, NBC TG 1000 e NBC TG21 (R4) - Demonstração Intermediária.

A Companhia é uma empresa estatal dependente municipal, portanto ela também realiza a Contabilidade aplicada ao Setor Público, sendo os relatórios contábeis elaboradas de acordo com os seguintes normativos e orientações aplicadas ao setor; Lei 4.320/64; Lei complementar nº 101/2000; Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público (NBC T SP); Parte V – Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP), do Manual de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP), 9º edição e Disposições das normas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis trimestrais da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a moeda funcional). As demonstrações contábeis Trimestrais estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

b) Classificação dos ativos circulante e não circulante

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cujas realizações ou recebimentos dar-se-ão até o término do exercício seguinte.

c) Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras

Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras incluem depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. (Notas 4 e 5).

d) Contas a receber de concessionários

As contas a receber de concessionários (Nota 6) são registradas no ativo circulante e no não circulante de forma individualizada observando o regime de competência de exercícios.

e) Investimentos

O ativo classificado como Propriedade para Investimento refere-se a terreno mantido pela Companhia para obter renda, seja por locação ou por ganho de capital, e está classificado no Ativo não Circulante.

O Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 28 determina o seguinte conceito de Propriedade para Investimento: “é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte) mantida pelo proprietário (ou arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas”.

A Propriedade para Investimento pode ser avaliada a valor justo ou valor de custo (Nota 12)

f) Imobilizado

Os bens integrantes do Imobilizado (Nota 13) estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustado por depreciações acumuladas e quaisquer outras perdas. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas estabelecidas pela legislação do Imposto de Renda e CPC 01.

g) Intangível

Os bens intangíveis compreendem Licenças de *Software* (Nota 14).

h) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do Balanço.

i) Classificação dos passivos circulante e não circulante

São apresentadas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas. Estão classificados no Circulante os Passivos vencidos ou a vencer, cujas datas de exigibilidade dar-se-ão até o término do exercício seguinte.

j) Provisão para contingências

A provisão para contingências (Nota 21) está relacionada a processos de natureza cível, trabalhista e ou fiscal. É reconhecida, em função de um evento passado, quando a CDTV tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k) Demais passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

l) Apuração do resultado

O resultado das operações sociais é reconhecido em observância ao regime contábil de competência de exercício.

m) Demonstração do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 R2.

n) Estimativas Contábeis

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a elaboração das demonstrações contábeis trimestrais requer o uso de julgamento na determinação e reconhecimento de estimativas contábeis. As estimativas da Administração envolvem a análise de ativos e passivos, mediante premissas que incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, valor residual do imobilizado, provisão para indenização trabalhista, valor justo para propriedade de investimento e outras estimativas e julgamentos feitos pela administração. Os resultados efetivos podem se apresentar diferentes dessas estimativas e julgamentos feitos pela Administração. A empresa declara que não identificou quaisquer outras informações relevantes e que pudessem impactar na tomada de decisões dos usuários de demonstrações contábeis trimestrais.

4) Banco conta Movimento:

Banco conta movimento corresponde a depósitos bancários e de livre movimentação, assim representadas:

	2T/23	31/12/2022
Banco Brasil – CDV/Subv – 9.875-2	1.102,25	1.102,25
Banestes S/A – B Ferreira – 27.078.989	1.794.353,09	4.167.654,71
Banestes Concessão – 28.977.619	226.686,13	11.243,28
Banestes Bradesco – 13.126-1	157.823,56	193.642,65
Banco conta movimento	2.179.965,03	4.373.642,89

5) Aplicações financeiras:

As aplicações financeiras são registradas pelo seu valor original. Os juros, atualização monetária, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor original, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

	2T/23	31/12/2022
Banestes Concessão/Aplicação 28.977.361	274.388,42	257.888,61
Banestes – Poupança/Caução	145.349,56	105.089,78
Aplicações financeiras	419.737,98	362.978,39

6) Contas a receber de concessionários:

A CDTV possui créditos com concessionários que estão sendo cobrados judicialmente. Foram feitas Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa com base no critério de probabilidade de perda dessas ações judiciais conforme relatório emitido pela Assessoria Jurídica da Companhia. A carteira de concessão está assim composta:

	<u>2T/23</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes - Concessão - Ativo Circulante	156.153,18	109.429,34
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(16.039,58)	(16.538,69)
Contas a Receber – Ativo Circulante	140.113,60	92.890,65
Clientes - Concessão - Ativo não Circulante	2.720.042,19	2.716.902,94
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(2.679.758,41)	(2.666.713,61)
Contas a Receber – Ativo não Circulante	40.283,78	50.189,33

7) Impostos e contribuições a recuperar:

	<u>2T/23</u>	<u>31/12/2022</u>
CSRF a recuperar	0,00	1.110,01
IRRF a recuperar	0,00	4.054,43
IRPJ a recuperar	125.359,54	59.824,80
ISS a recuperar	1.333,22	1.333,22
CSLL a recuperar	47.010,54	21.536,93
PIS a recuperar	569,90	0,00
COFINS a recuperar	131,56	0,00
INSS a recuperar	2.812,87	0,00
Impostos e contribuições a recuperar	177.217,63	87.859,39

8) Almoxarifado:

O Almoxarifado refere-se a materiais de consumo e expediente estimados a atender o consumo interno da Companhia.

	<u>2T/23</u>	<u>31/12/2022</u>
Almoxarifado	4.657,39	5.444,79
Almoxarifado	4.657,39	5.444,79

9) Adiantamento:

O valor refere-se a adiantamentos feitos a empresas e funcionários.

	<u>2T/23</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamento de Férias	11.191,89	55.355,81
Adiantamento Sindismuvi	0,00	34,54
Adiantamento de Coopmetro	335,90	743,22
Adiantamento Vale Transporte	5.130,00	0,00
Adiantamentos	16.657,79	56.133,57

10) Outros créditos:

Refere-se ao aditivo de contrato seguros em grupo 248/2021, conforme processo 9808/2021 – Banestes Seguros, no valor de R\$ 7.290,72, apropriado mensalmente, conforme registro:

02/01/2023	Contrato 248/2021, proc.9808/2021, Banestes Seguros.	7.290,72
31/01/2023	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.01.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
28/02/2023	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.02.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
31/03/2023	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.03.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
TOTAL 1T/23		5.468,04

30/04/2023	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.04.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
31/05/2023	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.05.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
30/06/2023	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.06.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
TOTAL 2T/23		3.645,36

11)Deposito Judicial:

Pagto deposito judicial recursal - ação trabalhista Lucineia Gandes Freire - proc. 9704/21.

	2T/23	31/12/2022
Deposito Judicial	0,00	10.986,80
Deposito Judicial	0,00	10.986,80

12)Investimentos:

No exercício de 2019, a Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória - CDTV, reclassificou a conta Terreno do grupo de Ativo Imobilizado como Propriedade Para Investimentos - PPI, no grupo Ativo Investimentos, sendo mensurado pelo “valor justo”. Valor este baseado no Parecer Técnico da Comissão Permanente de Engenharia de Avaliações – COPEA, da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT). A metodologia empregada no estudo apurou um valor de venda (valor justo), na época, de R\$ R\$ 5.734.403,09 para o Terreno. A reclassificação foi fundamentada conforme deliberação de Diretoria, onde fica clara a intenção da CDTV em auferir renda e ganho de capital com este Ativo.

No exercício de 2021, baseado nos Pareceres Técnicos números 163 e 323/2021 do COPEA, foi apurado um valor de venda (valor justo) de R\$ 8.431.841,00 para o terreno.

Em 2023, a CIA está realizando as ações para obtenção de um novo Parecer junto ao COPEA.

	2 TRI/23	31/12/2022
Propriedade para Investimento	2.663.776,00	2.663.776,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial a Valor Justo	5.768.065,00	5.768.065,00
Propriedade para Investimentos	8.431.841,00	8.431.841,00

13) Imobilizado:

A Companhia possuía um Imobilizado no valor líquido de R\$ 495.329,33. O método de depreciação utilizado é o linear.

		2T/23	31/12/2022
Móveis e Utensílios	10%	200.353,91	200.353,91
Aparelhos	10%	30.147,06	30.147,06
Som, Vídeo e Equipamentos	10%	8.496,90	8.496,90
Materiais Fotográficos e Equipamentos	10%	2.567,80	2.567,80
Equipamentos para Manutenção	10%	24.295,30	24.295,30
Maquinas de Produção	10%	127.330,40	127.330,40
Maquinas e Equipamentos	10%	715.618,38	715.618,38
Equipamentos de Informática	20%	923.976,73	403.958,53
Benfeitorias em Propriedade	4%	6.800,00	6.800,00
Máquinas de Escritório	10%	274,63	274,63
Total do Ativo Imobilizado		2.039.861,11	1.519.842,91
Depreciação Acumulada		(1.544.531,78)	(1.488.489,68)
Imobilizado Líquido		495.329,33	31.353,23

14) Intangível:

Os bens intangíveis compreendem os ativos de softwares. Foi utilizado o método linear para o cálculo das amortizações.

		2T/23	31/12/2022
Licenças		62.033,70	62.033,70
Uso de software		90.361,00	90.361,00
Bens intangíveis		152.394,70	152.394,70
Amortização Acumulada		(132.260,97)	(126.057,57)
Bens Intangíveis Líquidos		20.133,73	26.337,13

15) Fornecedores e Outras contas a Pagar:

		2T/23	31/12/2022
Print Solução em tecnologia Ltda		0,00	0,00
Banestes Seguros S/A		3.071,07	0,00
Charles MKT Assessoria e Treinamento		0,00	0,00
Escelsa - ES		19.932,23	0,00
Bonjour Boletins		242,36	0,00
Sei Vigilância		19.756,79	0,00
Capixaba Esquadrias		24.680,00	0,00
Instituto Brasileiros de Valorização		3.180,00	0,00

Sebrae	100.000,00	0,00
Fornecedores e Outras contas a Pagar	170.862,45	0,00

16) Obrigações Trabalhistas:

	2T/23	31/12/2022
Salários e ordenados a pagar	2.003,91	0,00
Obrigações Trabalhistas	2.003,91	0,00

17) Obrigações Fiscais:

	2T/23	31/12/2022
ISS a recolher	1.260,80	0,00
IRRF a recolher	34.680,35	79.136,09
Provisão para Imposto de Renda	173.177,26	1.162,09
Provisão para Contribuição Social	64.503,81	697,25
Provisão para PIS	1.337,43	1.811,99
Provisão para COFINS	6.233,13	8.526,33
PASEP/COFINS – CLSS	1.629,54	0,00
IRRF – PJ a recolher	399,57	0,00
Obrigações Fiscais	283.221,89	91.333,75

18) Obrigações Sociais:

	2T/23	31/12/2022
INSS a recolher	109.109,27	136.885,63
INSS a recolher – PJ	4.735,95	4.660,62
FGTS a recolher	28.830,99	43.414,49
Contribuição Sindical a recolher	657,68	0,00
Obrigações Sociais	143.333,89	184.960,74

19) Provisões de Férias e Encargos:

	2T/23	31/12/2022
Provisão para 13º salário	109.112,77	0,00
Provisão para Férias	229.877,72	228.559,20
Provisão para INSS S/Férias	47.866,49	47.589,60
Provisão para FGTS S/Férias	18.390,22	18.284,73
Provisão para INSS S/13º salário	22.913,69	0,00

Provisão para FGTS S/13º salário	8.729,02	0,00
Provisões de Férias e Encargos	436.889,91	294.433,53

20) Outros Passivos Circulantes:

O Valor de Caução refere-se a recursos provenientes de depósito de caução dos concessionários a serem restituídos aos mesmos no final do contrato.

O valor de adiantamento de clientes refere-se ao recebimento de concessões após publicada a PORTARIA Nº 11/2020.

	2T/23	31/12/2022
Cauções	145.349,56	105.089,78
Adiantamento de Clientes	6.833,33	1.220,78
Outros Passivos Circulantes	152.182,89	106.310,56

21) Antecipação de Recursos:

Referente a antecipação de Recursos recebidos da PMV a título de Subvenção para Custeio, o qual aguarda a realização da respectiva despesa, conforme. Item 114 - CPC 47.

	2T/23	31/12/2022
Antecipação de recursos	1.282.963,25	4.268.800,00
	1.282.963,25	4.268.800,00

22) Provisões para Contingências - PNC:

Referente a processos de natureza cível, com prognóstico de perda provável, conforme abaixo:

- Ação de indenização por danos materiais – Processo nº 022531-48.2019.8.08.0024 – provisionado 100% do valor da ação, R\$ 114.245,03.
- Reclamação Trabalhista – Processo nº 0001086-45.2021.5.17.0010 – provisionado 100% do valor da ação, R\$ 60.000,00.
- Ação declaratória de nulidade de ato administrativo - Processo nº 5016347- 83.2022.8.08.0024 – provisionado 21,5% da ação, R\$ 92.880,00.

	2T/23	31/12/2022
Prov. Cont. Cível – Previdência USIMINAS	114.245,03	114.245,03
Prov. Cont. Trab. Sindicato do	60.000,00	60.000,00
Prov. Cont. Cível – Ecos Eventos	92.880,00	92.880,00
Provisão Para Contingência - PNC	267.125,03	267.125,03

Os processos com prognóstico de perda possível, são:

Ação	Processo	Valor
- Reclamação Trabalhista	Processo nº 0482-72.2021.5.17.0014	45.000,00
- Ação de cumprimento de fazer (reclamação contra as atividades de exploração - “beach club” - do Quiosque n. 1 de Camburi e cumprimento do contrato de concessão).	Processo nº 0035744-58.2018.8.08.0024	57.110,29

23)Capital social:

O Capital Social integralizado é de R\$ 3.740.825,00 dividido em 3.740.825 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

	2T/23	31/12/2022
Capital Social Integralizado	3.740.825,00	3.740.825,00
Capital social	3.740.825,00	3.740.825,00

24)Ajuste da Avaliação Patrimonial

Refere-se à diferença entre o valor justo e valor de custo do terreno avaliado pela COPEA – Comissão Permanente de Avaliação da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT).

No exercício de 2021, baseado nos Pareceres Técnicos números 163/2021 e 323/2021 do COPEA, o valor foi reavaliado, conforme abaixo:

	2T/23	31/12/2022
Ajuste de Avaliação Patrimonial	5.768.065,00	5.768.065,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	5.768.065,00	5.768.065,00

25)Reserva Legal:

A reserva legal é instituída como forma de assegurar a integridade do capital social. A Lei 6.404/76, em seu art. 193, determina que as companhias devem constituir uma “reserva legal” que corresponda a 5% do valor do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

	2T/23	31/12/2022
Constituição de Reserva Legal – AB 2020	15.769,75	15.769,75
Constituição de Reserva Legal – AB 2021	2.717,50	2.717,50
Reserva Legal	18.487,25	18.487,25

26) Receita Líquida:

	2T/23	2T/22	6M/23	6M/22
Receita Operacional Bruta	5.219.067,67	2.183.118,82	10.770.884,02	6.605.662,66
Subvenção econômica	4.908.036,75	1.900.000,00	10.166.775,75	6.047.000,00
Concessões	311.030,92	283.118,82	604.108,27	558.662,66
Deduções da Receita	(28.770,38)	(26.188,50)	(55.880,03)	(51.676,30)
COFINS	(23.638,36)	(21.517,03)	(45.912,24)	(42.458,36)
PIS	(5.132,02)	(4.671,47)	(9.967,79)	(9.217,94)
Receita Líquida	5.190.297,29	2.156.930,32	10.715.003,99	6.553.986,36

Subvenção Econômica:

O valor refere-se a recebimento de transferência de recursos financeiros públicos da Prefeitura Municipal de Vitória, conforme previsto na Lei 9.626/20, classificados como de natureza econômica, conforme prevê a Lei 4.320/64.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo. Dessa forma, a subvenção é reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a Companhia reconhece os custos e despesas relacionados à subvenção que são objeto de compensação.

Receitas Concessões:

O valor refere-se às receitas advindas dos Contratos de Concessão de Uso de Bem Público do Município de Vitória, situados na Praia de Camburi, Curva da Jurema, Praça do Papa, Parque Moscoso, dentre outros.

Dedução da Receita:

As deduções se referem aos tributos incidentes sobre as Receitas de Concessão.

27) Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais estão detalhadas conforme disposição abaixo:

	2T/23	2T/22	6M/23	6M/22
Provisão devedores duvidosos	16.039,58	0,00	30.265,16	0,00
Provisão devedores duvidosos	16.039,58	0,00	30.265,16	0,00

29) Outras Receitas:

No 2º trimestre de 2023 a companhia registrou outras receitas referentes as seguintes operações:

	2T/23	2T/22	6M/23	6M/22
Receitas Eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Recuperadas	119,27	58.797,91	4.592,31	145.959,82
Outras Receitas	119,27	58.797,91	4.592,31	145.959,82

30) Reversão de Provisões

	2T/23	2T/22	6M/23	6M/22
Reversão de PECLD	14.288,27	11.371,88	30.826,96	268.684,90
Reversão de Prov. p/contingências Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	123.667,62
Reversão de Prov. Contingências	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversão de Provisões	14.288,27	11.371,88	30.826,96	392.352,52

31) Resultado Financeiro:

No 2º trimestre de 2023 a companhia registrou despesas e receitas financeiras nos seguintes montantes:

	2T/23	2T/22	6M/23	6M/22
Despesas Financeiras	(2.461,95)	(28.207,79)	(5.008,28)	(33.983,41)
Atualização Monetária	(2.443,16)	(2.024,81)	(4.559,78)	(3.757,16)
Despesas Bancárias	-	-	-	(2.906,59)
Multa e Juros de mora	(18,79)	(26.182,98)	(448,50)	(27.319,66)
Receitas Financeiras	71.773,73	13.676,24	149.880,04	55.846,42
Receita de Aplicações	68.415,35	8.349,93	145.979,39	15.546,93
Descontos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros de mora	1.015,18	4.454,98	1.184,52	33.325,94
Multas – Concessão	2.272,00	871,33	2.644,93	6.973,55
Outras Receitas Financeiras	71,20	0,00	71,20	0,00
Resultado Financeiro Líquido	69.311,78	(14.531,55)	144.871,76	21.863,01

32) Imposto de Renda e Contribuição Social:

A Companhia é tributada pelo Lucro Real Trimestral. Os valores referem-se à apuração do trimestral, com vencimento no exercício seguinte.

	2T/23	2T/22	6M/23	6M/22
Provisão para Imposto de Renda	163.476,36	44.346,63	190.331,23	101.003,54
Provisão para Contribuição Social	61.011,49	18.124,79	72.839,24	40.681,28
Imposto de Renda e Contribuição Social	224.487,85	62.471,42	262.871,76	141.684,82

33)Eventos Subsequentes:

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recurso Extraordinário nº 949.297, mudando o entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária.

A Diretoria da CDTV avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 - Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis trimestrais de 30 de junho de 2023. Assim, verifica-se a não ocorrência de eventos que possam alterar de forma significativa às Demonstrações Contábeis Trimestrais e as operações da CDTV, até a data de autorização desta emissão, 27/09/2023.

Cumprе mencionar a aprovação da Lei Municipal 9.932 de 09 de maio de 2023, que alterou a Lei 9.626/20, retirando o Conselho de Administração da organização societária da CDTV. Estando pendente apenas a alteração no Estatuto Social da entidade a qual já está sendo providenciada.

Vitória (ES) 30 junho de 2023.

Marcus Gregório Serrano
Diretor Presidente

Donatila Lima Nava Martins
Diretora Adm. Financeira

Alexsander Carvalho Nunes
Contador Comercial
CRC-ES 10.948-0/7